

CPI do Congresso vai apurar emigração ilegal

Crimes e outros delitos penais praticados na emigração ilegal serão apurados por comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada ontem pelo Congresso Nacional. Um dos autores do pedido, o senador Hélio Costa informou que a CPI buscará também proteger os direitos dos brasileiros que vivem no exterior. O presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, afirmou que o Brasil tem hoje cerca de 3,5 milhões de emigrantes em vários países. "A criminalidade e a situação subumana a que estão expostos deturpam a imagem do brasileiro no exterior", disse.

Página 7



PAUTA Renan (à esquerda, ao lado de Virgílio e Agripino) preside sessão em que o Senado desbloqueou a ordem do dia

Roosevelt Pinheiro

Aprovado reajuste de 10% nas tabelas do IR

Rendimentos mensais até R\$ 1.164 ficam isentos de desconto na fonte, conforme a MP acolhida ontem pelos senadores

O Plenário aprovou ontem reajuste de 10% na faixa de rendimentos isenta do pagamento do Imposto de Renda ou desconto na fonte. A medida provisória acolhida pelos senadores reajusta também em 10% a tabela de deduções. O relator, Roberto Saturnino, opinou pela aprovação da matéria, embora tenha reconhecido que o percentual não repõe a defasagem de 64,1% entre 1996 e 2004.

Página 3



OUSADIA No Senado, Furlan (em pé, ao lado de Ana Júlia e atrás de Jereissati) promete dobrar as exportações brasileiras em dois anos

Furlan diz que sobra dinheiro para Nordeste

É pequena a demanda de financiamentos do BNDES e do Banco do Nordeste por estados das regiões Norte e Nordeste. A informação do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, provocou polêmica na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Segundo ele, há no Nordeste sobra de R\$ 1 bilhão para empréstimo a juros menores, mas faltam projetos.

Página 8



ACORDOS Vários tratados internacionais foram aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Célio Azevedo

UNIÃO PERDE POSSE DE ILHAS QUE SEDIAM MUNICÍPIOS

Página 6

Corruptos podem ter bens bloqueados no exterior

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem a Convenção Internacional contra a Corrupção. O documento permite o bloqueio de bens adquiridos no exterior com dinheiro de corrupção.

Página 7



VENTURA Para Suplicy, Brasil é "feliz" por ter um ministro da Cultura como Gilberto Gil

Marco Maciel defende reforma na Carta da ONU

■ O senador, ao citar obra de Kant sobre a paz, manifesta posição em favor do multilateralismo

Ao registrar o recente transcurso, em abril, dos 210 anos desde que o filósofo Immanuel Kant, animado pela assinatura do Tratado da Basileia, começou a escrever sua obra *À paz perpétua. Um esforço filosófico*, o senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu a necessidade de os líderes da comunidade internacional se mobilizarem para reforçar o multilateralismo e priorizar a reforma da Carta



REJEIÇÃO Maciel diz que grandes potências esvaziam o papel da ONU e desprezam seus estatutos

da Organização das Nações Unidas (ONU).

—A ONU, criada para ser uma instância que enseja a paz e a segurança internacionais, perde relevância na solução dos

contenciosos, em função do recurso de grandes potências à ação unilateral, em flagrante desprezo aos objetivos fixados no estatuto da organização.

À *paz perpétua*, conforme o senador, continua sendo o mais lido e talvez o mais citado documento de reflexão filosófica sobre a paz. No texto, ele destacou, Kant prega que as relações pacíficas não devem ser vistas como um ideal a ser atingido apenas num futuro remoto, nem também ser produto do simples desejo. A paz, na visão do filósofo, deve ser construída por meio de muito trabalho e do lento, mas contínuo aprimoramento das instituições humanas.



BRILHO Como membro do STF, Baleeiro "honrou" a corte e foi um "extraordinário juiz", afirma Sarney

Sarney destaca centenário de Aliomar Baleeiro

O senador José Sarney (PMDB-AP) destacou, ontem, a passagem do centenário de nascimento de Aliomar Baleeiro. O homenageado foi presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e, antes, deputado, advogado, professor de Direito e jornalista.

Sarney relatou que, em 1934, Aliomar Baleeiro juntou-se a Juraci Magalhães e foi eleito no ano seguinte para a Constituinte baiana. A seguir, apoiou a candidatura à Presidência de José Américo de Almeida e sofreu a violência do Estado Novo. A partir de 1937, inicia longa luta contra a ditadura Vargas e cria a UDN na Bahia.

Como deputado constituinte, foi relator da comissão de elaboração do anteprojeto da Constituição de 1946. Em 1960, atuou como relator-geral da Assembléia Constituinte do recém-criado estado da Guanabara, pelo qual foi também deputado estadual e, em 1963, deputado federal.

Orador enérgico

Sarney citou o jornalista Carlos Castello Branco, para quem Aliomar Baleeiro foi "o mais eficiente e castiço orador de oposição que apareceu na Câmara sob o regime da Constituição de 1946". Disse também que o deputado "tinha o poder de ferir o adversário a tal ponto que, em alguns momentos, muitos fizeram dele a imagem de um homem arrogante e impiedoso, quando ele era apenas enérgico e áspero".

Em 1965, foi nomeado ministro do STF pelo presidente Castello Branco, onde — disse Sarney — "honrou a corte e foi um extraordinário juiz". Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que Sarney falava sobre o ilustre conterrâneo também em nome da Bahia.

Suplicy elogia Gil e revela que sua pasta terá verba liberada

O pronunciamento feito ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), para enaltecer o cantor, compositor e ministro da Cultura Gilberto Gil, foi também utilizado para anunciar que o presidente Lula pode rever o contingenciamento de despesas da pasta por ele comandada.

Suplicy relatou conversa com o ministro, na qual Gil teria revelado que há uma expectativa de liberação de mais recursos para o Ministério da Cultura, cujo orçamento havia sofrido uma limitação de gastos da ordem de 53%.

O senador ressaltou que Gil tem valorizado a cultura, a música, a poesia e o teatro brasileiros por todos os lugares do mundo onde anda, afirmando que "feliz é o Brasil por ter um ministro da Cultura como ele".

Suplicy disse que assistiu ao mais recente *show* de Gil, *Eletoacústico*, e mencionou canções interpretadas no espetáculo, entre as quais *La Lune de Gorée*, de Gil e Capinan, composta quando o ministro esteve na ilha em que partiam os escravos para as Américas.

Agenda

Sessão plenária de hoje terá debates

Os senadores se reúnem hoje, a partir das 9h, em sessão não deliberativa. O encontro é destinado a debates entre os parlamentares, aos comunicados

das lideranças e da Mesa diretora e à apresentação e leitura de propostas. Entre os oradores estão Mão Santa (PMDB-PI) e João Batista Motta (PMDB-ES).



Rádio Senado entrevista Fafá de Belém

Dona de uma das mais expressivas vendagens de discos no Brasil, Fafá de Belém é a convidada do programa *Escala Brasileira*, que vai ao ar na Rádio Senado no sábado, às 20h. A cantora fala de momentos da sua carreira, como a polêmica apresentação que a musa das Diretas Já deu ao Hino Nacional, contestada pela Justiça e ovacionada pela platéia. Fafá também vai lembrar de quando cantou para o papa João Paulo II.

Visite o Senado

O Senado oferece visitas guiadas por toda a Casa, inclusive o Plenário. Os passeios acontecem de hora em hora, com saída no Salão Negro do Congresso, entre 9h30 e 17h30 nos dias úteis, e entre 10h e 14h nos fins de semana e feriados.

Doença de Chagas

A doença de Chagas, que voltou a ser registrada em vários locais no Brasil, por meio de contaminação oral, é o tema do programa *De Coração*, apresentado pela TV Senado no sábado, às 23h, com reprise no domingo, às 8h30.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Acidentados podem ter seu dia

Foi aprovado ontem, por unanimidade, projeto de lei do deputado Roberto Gouveia (PT-SP) que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, a ser comemorado no dia 28 de abril. O projeto (PLC 74/04), analisado na Comissão de Educação (CE) do Senado, recebeu parecer favorável do relator *ad hoc* Juvêncio da Fonseca (PDT-MS).

Em sua justificativa, o autor informa que os portadores de problemas de saúde adquiridos no trabalho podem ser exemplificados como os expostos ao amianto, à sílica e às radiações ionizantes, os intoxicados por mercúrio, organoclorados e pesticidas.

Gouveia explicou que o dia 28 de abril foi internacionalmente criado em 1969, em decorrência de uma explosão em mina de Farmington, nos Estados Unidos, onde morreram 78 mineiros. O parlamentar reforçou a importância da data na luta por ambientes de trabalho livres do risco de doença, morte e alienação.

"A motivação desse projeto é criar uma data que permita a reflexão sobre as condições de trabalho, na certeza de que um outro mundo do trabalho é possível. Queremos lembrar nossos mortos e lutar pela vida", defendeu o deputado.

Almirante Barroso, herói da pátria

O Plenário aprovou ontem projeto de lei da Câmara que inscreve o nome de Francisco Manuel Barroso da Silva, o Almirante Barroso, no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília. O projeto (PLC 16/05) que recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Educação (CE), senador Aelton Freitas (PL-MG), será enviado à sanção presidencial.

O autor da matéria, deputado Eimar Máximo Damasceno (Prona-SP), afirmou em sua justificativa que o nome do Almirante Barroso foi imortalizado na história nacional pela sua brava participação na Guerra do Paraguai (1865/1870). Ele foi o grande vencedor da Batalha do Riachuelo, considerada pelos historiadores como a mais importante da Guerra do Paraguai.

Aelton Freitas, em seu relatório, lembra que Almirante Barroso faz parte de uma geração que consolidou as dimensões continentais do país.

O almirante nasceu em 1804, em Lisboa, e chegou ao Brasil com apenas cinco anos, tornando-se brasileiro pela Constituição Imperial em 1824. Almirante Barroso faleceu em Montevidéu, Uruguai, em 1882.

Senado aprova isenção de IR para rendimentos mensais até R\$ 1.164

■ Parcelas a serem deduzidas dos rendimentos acima do limite também têm reajuste de 10%

O Plenário do Senado aprovou ontem aumento de 10% na faixa de rendimentos isenta do pagamento do Imposto de Renda (IR) ou desconto na fonte e reajuste, também de 10%, na tabela de deduções. A partir do ano-base 2005, estarão isentos do IR os rendimentos mensais até R\$ 1.164 e anuais até R\$ 13.968.

Serão elevadas automaticamente as parcelas a serem deduzidas dos rendimentos acima do limite. Na faixa de R\$ 1.164 a R\$ 2.326, que tem desconto de 15%, a parcela a deduzir do imposto foi reajustada para R\$ 174,60 mensais ou R\$ 2.095,20 anuais. Na faixa acima de R\$ 2.326, com desconto de 27,5%, a parcela a deduzir foi reajusta-



OPINIÃO Saturnino reconhece que percentual de aumento não repõe a defasagem inflacionária

da para R\$ 465,35 mensais e R\$ 5.584,20 anuais.

Foi reajustado também para R\$ 1.164 o limite de rendimentos para isenção de quem recebe aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, no caso dos contribuintes com 65 anos ou mais. O pagamento de despesas com instrução do contribuinte ou de seus dependentes poderá ser deduzido da

base de cálculo do Imposto de Renda até o limite anual de R\$ 2.198 *per capita*. O contribuinte poderá deduzir até R\$ 1.404 por dependente.

Projeto

As mudanças no IR foram votadas na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 5/05, proveniente da Medida Provisória (MP) 232/04. Essa medida causou polêmica porque, além de reajustar as tabelas do Imposto de Renda, elevava impostos para empresas e prestadores de serviço.

Diante da possibilidade de derrota do governo, o presidente da República editou a MP 243/05, que revogou a maior parte da MP 232/04. Esta manteve apenas os artigos que tratam do reajuste das tabelas do IR. A parte que tratava do aumento de impostos para compensar o reajuste do IR foram eliminadas do texto e inseridas na MP 243, ainda em fase inicial de tramitação.

No relatório em que apresen-

ta seu parecer, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) defende a aprovação da matéria, embora reconheça que o percentual de reajuste não repõe a defasagem inflacionária de 64,1% medida pelo IPA-IBGE entre 1996 e 2004, já descontado o reajuste de 17,5% concedido por meio da Lei 10.451/02.

Saturnino chama a atenção para o fato de que a MP perpetua a alíquota (máxima) do IR, de 27,5%, que era provisória. Discutindo a matéria, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) pediu que o Legislativo "tenha a coragem" de aprovar os projetos que criam faixas intermediárias de alíquotas, evitando a injusta tributação que hoje pesa, principalmente, sobre a classe média baixa.

Os senadores José Jorge (PFL-PE), José Agripino (PFL-RN) e Jefferson Péres (PDT-AM) condenaram a tentativa do governo de elevar a carga tributária tomando carona na MP de reajuste das tabelas do IR.



CIDADANIA Simon quer participação popular na discussão, aprovação e execução do Orçamento



APOIO Maria do Carmo pede licença-maternidade para mulheres que adotarem crianças

Senado pode votar cinco PECs na próxima semana

Deverão constar da pauta das próximas sessões deliberativas do Plenário cinco propostas de emendas à Constituição. Uma delas (PEC 73/99), de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), estabelece a participação da população na discussão, aprovação e execução do Orçamento. Já a PEC 31/00, da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), estende a licença-maternidade às mulheres que adotarem crianças. A PEC 48/03, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), obriga a União a investir, dos recursos destinados à irrigação, no mínimo 20% na região Centro-Oeste e 50% na região Nordeste.

De autoria do senador Luiz

Otávio (PMDB-PA), outra emenda (PEC 12/04) garante a existência de todos os municípios criados até o ano de 2000, desde que aprovados em plebiscitos. Osmar Dias (PDT-PR), por sua vez, apresentou proposta (PEC 12/03) que cria o Sistema Nacional de Informações Meteorológicas.

Duas PECs tiveram a votação adiada. A Proposta de Emenda Constitucional 13/03, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que altera a organização dos municípios, voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Já a PEC 57/03, que trata da criação do Plano Nacional de Cultura, deve voltar ao Plenário na próxima semana.

Debate sobre habitação de interesse social fica na CCJ

Após constar por dois dias consecutivos na pauta da ordem do dia, o Plenário decidiu manter a discussão do projeto de lei da Câmara (PLC 36/04) que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Embora a matéria tramite em regime de urgência, a CCJ resolveu conceder vista coletiva diante da suspeita de inconstitucionalidade levantada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Segundo o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), o vício de constitucionalidade residiria no fato de o projeto, de iniciativa popular, criar órgãos e gerar despesas para a União. Para não inviabilizar o projeto, os integrantes da CCJ estariam empenhados, segundo Mercadante, em construir uma saída para lhe conferir amparo constitucional. Solução apresentada pelo senador Demostenes Torres (PFL-PE) foi tornar a proposta autorizativa, em vez de obrigatória.

– Esperamos que, na próxima semana, a CCJ possa dar um encaminhamento que possi-



SOLUÇÃO Mercadante defende caminho para assegurar constitucionalidade ao projeto

bilite à matéria vir a Plenário – disse Mercadante.

Enquanto os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), defendiam a manutenção do projeto na comissão, os senadores Marcelo Crivella (PL-RJ), relator na CCJ, e a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) reivindicavam a apresentação de parecer com emenda de redação para sanar possível inconstitucionalidade. Por fim, acabou prevalecendo a decisão de adiar a votação em Plenário da proposta, endossada por mais de 1,2 milhão de assinaturas, inclusive a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Crise financeira da Varig vai ser debatida na CI

■ Comissão aprova audiência pública para discutir a situação grave por que passa a empresa aérea

A grave situação financeira da Viação Aérea Riograndense (Varig) será debatida em audiência pública, na próxima terça-feira, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), conforme requerimento do senador César Borges (PFL-BA) aprovado ontem. Além do presidente do Conselho de Curadores da Fundação Ruben Berta (controladora da empresa), Ernesto Zanata, da coordenadora do Grupo Parlamentar Misto em Defesa da Varig, deputada Yeda Crusius, e do deputado Beto Albuquerque, membro do grupo, deverá participar um representante do



PREOCUPAÇÃO Heráclito (à esquerda, ao lado de Alberto Silva) quer ouvir representante do Ministério da Defesa sobre o prazo para a Varig se acertar

ministro da Defesa, conforme sugestão aprovada pelo presidente da CI, senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

O senador César Borges ressaltou a importância da Varig, mas lembrou que a companhia está em situação pré-falimentar, acumulando dívidas de mais de R\$ 7 bilhões, na maior parte com empresas públicas.

Os senadores mostraram-se apreensivos com o curto prazo

estabelecido pelo ministro da Defesa, José Alencar – até sexta-feira –, para a Fundação Ruben Berta apresentar um plano de salvação.

Agência

A criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) também será objeto de debates. Nesse caso, em audiências públicas conjuntas da CI com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

José Dirceu deve se explicar sobre Infraero

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem requerimento do senador Almeida Lima (PSDB-SE) convocando o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, a dar informações sobre a mudança do regime jurídico da Infraero, de empresa pública para empresa de economia mista.

O autor do requerimento esclareceu que, segundo matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo* do último domingo, encontra-se na Casa Civil um anteprojeto com a proposta da mudança do regime jurídico da Infraero. Almeida Lima en-

tende que essa mudança traria enormes prejuízos ao país.

Também foi aprovado pela CI, requerimento do senador José Jorge (PFL-PE), líder da Minoria, convocando o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marcus Luiz Barroso Barros, e seu diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental, Nilvo Luiz Alves da Silva, para prestarem esclarecimentos sobre o parecer do órgão que considerou o projeto de transposição do rio São Francisco ambientalmente viável.



PREJUÍZO Almeida Lima acredita que uma mudança na Infraero traria enormes perdas para o país

O requerimento também convoca o ex-ministro do Meio Ambiente João Carlos Carvalho, que deverá contrapor os argumentos dos que defendem o parecer do Ibama.

Virgílio elogia Palocci por reconhecer erro

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), elogiou ontem o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por ele ter reconhecido que errou ao não votar a favor da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quando o projeto foi apreciado na Câmara dos Deputados, em 2000. Arthur Virgílio disse que a declaração de Palocci foi feita em resposta a críticas desferidas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na



MUDANÇA Virgílio ironiza substituição na Fazenda: trocaram o FMI por um homem do FMI

cerimônia de comemoração dos cinco anos da LRF, realizada na quarta-feira. O líder do PSDB lembrou que o PT também foi contra outras matérias que depois se revelaram importantes para a economia, como a quebra do monopólio estatal do petróleo.

Arthur Virgílio comentou

ainda as mudanças promovidas por Palocci no segundo escalão da Fazenda, com a saída de Marcos Lisboa da Secretaria de Política Econômica e a nomeação do secretário do Tesouro no governo de Fernando Henrique, Murilo Portugal, para o cargo de secretário-executivo. Como Portugal estava servindo ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o senador disse que foi enganoso o anúncio do governo de que dispensou a ajuda do FMI.

– Eles trocaram o Fundo por um homem do Fundo e isso já virou um saco sem fundo – disse o líder do PSDB.

Teotonio critica transposição do São Francisco

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) afirmou ontem que os verdadeiros números da transposição do rio São Francisco “contestam e desmontam o projeto”. O senador disse que a realidade “desnuda a verdadeira identidade” da obra, que considerou fadada a ser “um elefante branco caatinga adentro”.

Os números que considera reais, porém, não foram divulgados pelo parlamentar, que prometeu voltar ao assunto. Ele acusou o governo e o PT de inundar o país com comerciais de rádio e TV garantindo que a transposição – que, a preços de hoje, segundo o senador, chega a R\$ 7 bilhões – vai acabar com a sede e a miséria no Nordeste.

– Poucas vezes, na história da propaganda partidária no Brasil, se viu uma promessa tão demagógica, mentirosa, irresponsável e até criminosa com relação ao Nordeste – declarou o senador.

O governo, disse Teotonio, trata a obra como “um projeto essencialmente humanitário”, ao qual, “em sã consciência”, ninguém se oporia.

– Quem poderia ser contra a viabilização de cidades que,



ENGANAÇÃO Teotonio diz que a transposição do São Francisco tem objetivos meramente eleitoreiros

de outra forma, estariam condenadas à sede – perguntou.

O senador afirmou que o projeto está levando água para onde ela já existe. O correto, argumentou, seria continuar as obras hídricas e os projetos de irrigação, muitos deles paralisados.

Em aparte, o senador José Jorge (PFL-PE) afirmou que o projeto de transposição serve apenas para a promoção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu partido. O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), no entanto, frisou ser a favor do projeto, que irá permitir ao Nordeste setentrional obter água limpa e pura. O líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), declarou que o projeto, polêmico, deverá ser ainda muito discutido. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) ressaltou que primeiro deveriam ser atendidas as pessoas que moram à beira do rio, mas não têm acesso à água.

Heloísa clama por ajuda para Alagoas

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) expressou ontem preocupação com a “situação de grande sofrimento por que passa Alagoas”. Ela frisou que já tratou diversas vezes dos problemas do estado, seja por causa da seca em alguns municípios, seja pelo excesso de chuvas em outros. A senadora lembrou que, em 2004 e neste ano, algumas cidades foram atingidas por fortes chuvas, o que provocou destruição de adutoras e rompimentos de açudes. Ressaltou ainda que parte do estado “enfrenta uma das piores secas de sua história”.

– O governo Lula não disponibilizou um centavo para recuperar as adutoras e açudes. Não disponibilizou nem as migalhas que viabilizariam a oferta de carros-pipas e cestas básicas – afirmou.



DESCASO Heloísa afirma que o governo nada faz para atenuar o sofrimento do povo alagoano

A senadora informou também que, por causa das chuvas que tiveram início na quarta-feira, duas meninas morreram após serem arrastadas por uma correnteza.

– O presidente Lula e sua medíocre, sórdida e promíscua base de bajulação nada fazem por Alagoas. Mesmo assim, faço novamente um apelo para que o governo federal libere os recursos necessários para atenuar a dor e o sofrimento dos municípios que sofrem com a seca e dos que foram destruídos pela chuva – declarou Heloísa Helena.



Manoel Alencar assume vaga de João Ribeiro

Tomou posse no Senado o suplente Manoel Alencar Neto (PSB-TO), na vaga do senador João Ribeiro (PL-TO), que assumirá a presidência do diretório estadual do seu partido.

Senado aguarda decisão sobre CPI dos Bingos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que só vai discutir a indicação de membros para a CPI dos Bingos após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A afirmação foi feita em resposta ao senador José Jorge (PFL-PE), líder da Minoria, que voltou a solicitar que a Presidência se antecipasse ao veredicto do STF e assumisse a indicação dos representantes na comissão.

O requerimento para a criação da CPI dos Bingos foi apresentado por Magno Malta (PL-ES), em março de 2004. Apesar de o requerimento haver sido aprovado em Plenário, os líderes do partidos de apoio ao governo não indicaram seus representantes. O senador José Sarney (PMDB-AP), à época presidente da Casa, amparado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ),



COBRANÇA José Jorge solicita que a Presidência do Senado indique os representantes na comissão

entendeu que não caberia a ele preencher as vagas.

Vários parlamentares entraram com mandado de segurança junto ao STF contra a decisão da Mesa, matéria que começou a ser julgada esta semana. Na quarta-feira, quando a sessão do STF foi suspensa devido a pedido de vista, cinco magistrados já tinham votado favoravelmente à tese da oposição.

Jefferson Péres aplaude voto do ministro Celso de Mello

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) aplaudiu o voto apresentado pelo relator, ministro Celso de Mello, sobre seis mandados de segurança impenetrados contra a Mesa do Senado visando garantir a instalação da CPI dos Bingos.

– Fiquei impressionado com a cultura jurídica e a solidez de argumentação do ministro Celso de Mello. Ele deixou as pessoas que assistiam ao julgamento embevecidas com o voto – afirmou.

Em nome do PDT e acompanhado por Pedro Simon



ELOGIO Segundo Jefferson Péres, ministro demonstrou cultura jurídica e solidez de argumentação

Renan quer manter a data do referendo sobre armas

Senador adverte que decisão do relator na Câmara de retirar o dia de realização enfraquece consulta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse discordar da iniciativa do relator na Câmara, deputado João Paulo Cunha, de retirar, do projeto do Senado que trata do referendo sobre o desarmamento, a parte que definia como data para realização o primeiro domingo de outubro.

– O ideal é que seja o dia 2 de outubro. Se a data é retirada agora, essa decisão enfraquece a realização do referendo; colaborar com seu adiamento não é bom. O importante é que haja desobstrução da pauta da Câmara para que possamos votar o projeto de decreto legislativo



ALERTA Renan alerta para o grande número de mortes no país provocadas por armas de fogo

como fizemos no Senado.

Na opinião de Renan, só depois de votado o projeto é que se poderá pensar em mudança de data. Ele avalia que o importante é garantir a realização do referendo.

– Não dá mais para continuar como estamos. A criminalidade tem aumentado muito. No

Brasil, morrem mais pessoas assassinadas por arma de fogo do que no trânsito. Morreram, no ano passado, 50 mil assassinados por armas de fogo. Temos que tratar desse assunto com uma certa urgência, e a realização do referendo é fundamental.

Reforma política

Renan Calheiros também se manifestou contrário à verticalização eleitoral e ao modo como vem sendo feita a discussão no âmbito da reforma política. A seu ver, o debate sobre verticalização tem que ser consequência da reforma política e não pressuposto dela.

O senador falou ainda sobre a recondução de Michel Temer à presidência nacional do PMDB. Para Renan, o importante é que o PMDB “continue na governabilidade, na sustentação congressual, porque o partido é insubstituível nisso”.

Subcomissão do Idoso vai defender regras do estatuto

O Senado instalou ontem a Subcomissão Permanente do Idoso (IDO), que é vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Os senadores Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO) foram eleitos presidente e vice-presidente da subcomissão, que conta com sete membros titulares e igual número de suplentes.

Cabral observou que o Estatuto Nacional do Idoso, aprovado em 2003, ainda não é observado integralmente e que a subcomissão terá papel importante para estimular

seu cumprimento.

– O que os parlamentares querem é ver que as leis aprovadas estão funcionando, e a principal missão da subcomissão é ser a curadora do Estatuto do Idoso – disse.

A continuidade do programa Cidade Amiga da Terceira Idade, em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc), também foi citada por Cabral como prioridade. Ele explicou que o programa objetiva avaliar as cidades brasileiras na execução de projetos voltados para a terceira idade e premiar aquelas que apresentam os melhores resultados.



ATUAÇÃO Sérgio Cabral (D), ao lado de Leomar Quintanilha, fala sobre prioridades do colegiado

César Borges aponta incompetência do governo

Os erros admitidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em entrevista coletiva na semana passada mostram um retrato da incompetência do governo, afirmou o senador César Borges (PFL-BA).

Na entrevista, Lula considerou como erros cometidos pelo governo a perda da eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados, a falta de obras

nas rodovias brasileiras e a manutenção da política de juros altos. Para o senador, esses erros provam a incapacidade administrativa do governo.

Segundo César Borges, as consequências dos equívocos cometidos pelo Executivo são o comprometimento da poupança, sobrando muito pouco para a realização de investimentos públicos.



DESACERTO Equívocos do Executivo comprometem os investimentos públicos, sustenta César Borges

CPI investiga denúncias em MG

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga os conflitos fundiários no país, a CPI da Terra, presidida pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), ouviu ontem, em Montes Claros (MG), denúncias de violência e formação de milícias no campo. O procurador de Justiça e coordenador do centro de apoio comunitário de conflitos agrários do Ministério Público de Minas Gerais, Afonso Henrique, disse que os moradores da região têm medo porque, segundo ele, há armamento com proprietários rurais e também com trabalhadores rurais sem terra.

A CPI também ouviu Wilton Ribeiro, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Paulo Roberto Faccion, da Comissão Pastoral da Terra; Carlos Calazans, delegado regional do Trabalho; e Olavo Filgueiras, presidente da União de Defesa da Propriedade Rural (UDPR).

– As ameaças na região são constantes e não há esquema de segurança. A presença da CPI na cidade fez com que as pessoas se sentissem mais seguras – afirmou Alvaro Dias.



ERRO João Batista Motta lamenta que o país forme doutores para "lavar pratos nos Estados Unidos"

Emigração ilegal preocupa Motta

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) lembrou, em pronunciamento na tarde de ontem, o drama dos brasileiros que tentam entrar ilegalmente nos Estados Unidos. O parlamentar referiu-se à reportagem a que assistiu no programa *Fantástico*, da Rede Globo, no último domingo, sobre os problemas que um grupo de pessoas enfrentou ao tentar entrar no país pela fronteira com o México.

– Muitos deles perdem a vida nessa empreitada – afirmou.

Motta também lamentou que as universidades brasileiras estejam formando doutores para "lavar pratos nos Estados Unidos". Segundo o parlamentar, isso acontece porque combater a inflação com aumento da taxa de juros reduz o consumo, a produção e prejudica a economia.

O senador também registrou a presença do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, ontem na reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Excluídas dos bens da União ilhas que sediam município

■ Florianópolis, Vitória e São Luís serão beneficiados com a mudança na Constituição

O Congresso Nacional promulgou ontem a Emenda Constitucional 46/05, que exclui dos bens da União as ilhas costeiras que contêm a sede de município. Ficam mantidas sob domínio da União as ilhas fluviais e marítimas das zonas limítrofes, as praias marítimas, bem como as ilhas oceânicas e as costeiras situadas fora de baías ou da sede do município.

Participaram da sessão de promulgação os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, além de delegações de deputados estaduais do Maranhão, de Santa Catarina e do Espírito Santo – estados cujas capitais foram beneficiadas com a emenda.

O relator, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), argumentou não haver sentido em manter sob domínio da União as ilhas costeiras que integram o território do município por estarem



SOLENIDADE Presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros (D) e Severino Cavalcanti, durante promulgação da emenda constitucional

compreendidas dentro de seus limites, ainda que separadas fisicamente, por água, da sede.

CPI do Desmanche

A Mesa do Congresso recebeu o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Desmanche. O objetivo da CPI era apurar irregularidades em empresas de seguros, revendedoras de automóveis,

recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche. A CPI também apresentou o Projeto 142/05, que muda o artigo 126 da Lei 9.503/97, visando a uma "melhor solução para os veículos objeto de sinistros".

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a comissão encerrou suas atividades no fim de 2004.

Falta de quórum encerra sessão do Congresso

Após criação da comissão mista para investigar a migração de brasileiros para os Estados Unidos, a sessão do Congresso foi obstruída por não haver em Plenário número mínimo de parlamentares. O líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia (RJ), pediu a verificação de quórum e foi apoiado pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI). Seriam votadas três erratas ao Orçamento, para corrigir, segundo o deputado João Leão (PL-BA), "erros de digitação". Ele observou, por exemplo, que foi trocada, na digitação, a sigla "MS" (Mato Grosso do Sul) por "MT" (Mato Grosso), na recuperação da BR-174.

O deputado Gilmar Machado (PT-MG) argumentou que, sem as erratas, algumas obras seriam prejudicadas. O presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, concordou com o pedido de verificação de quórum e encerrou a sessão.

Heráclito: "Gasoduto chegará ou não ao Piauí?"

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) cobrou em discurso a extensão do "gasoduto da integração nacional" ao estado do Piauí, depois de passar pelo Ceará e pelo Maranhão, como prometeu no Congresso a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. O senador afirmou que, apesar da promessa, até agora não há nenhum documento informando que o gasoduto, que sai de Mato Grosso, chegará ao seu estado.

– Afinal, o gasoduto vai ou não chegar ao Piauí? A ministra, que fez a promessa na presença dos senadores José Sarney e Aloizio Mercadante, agora está dizendo que a Petrobras não tem gás para abastecer o Piauí. Mas a Petrobras diz que tem o gás – sustentou Heráclito.

O senador mencionou que fez a mesma cobrança ao governador do Piauí, Wellington Dias, que teria informado que havia problemas no Ibama.



PALAVRA Heráclito cobra promessa da ministra Dilma Rousseff de abastecimento de gás a seu estado

– Fui até o órgão e não tem nada disso – assegurou.

Em aparte, Delcídio Amaral (MS), líder do PT no Senado, informou que solicitou audiência com a ministra para saber qual será o traçado do gasoduto, ponderando que ele é importante para vários estados, pois atrairá indústrias para o Nordeste. Já José Jorge (PFL-PE) lamentou que "ninguém mais está falando na extensão do gasoduto para o Piauí".

José Jorge critica nova loteria

O líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), criticou o governo por lançar mão de uma loteria para resolver problemas de dívidas dos times de futebol. De acordo com o parlamentar, a Timemania vai retirar R\$ 500 milhões da população mais pobre.

José Jorge disse que não é contra uma solução para o problema, mas observou que isso está sendo feito por meio do estímulo ao jogo, o que não caberia ao governo. O senador também lamentou que a criação da nova loteria tenha sido feita por meio de medida provisória.

– Mais uma vez o governo atropela o Congresso, sendo que desta vez o ministro-chefe da Casa Civil reconheceu que o assunto não era urgente nem relevante – afirmou.

O senador assinalou que o teor da MP não conta com a concordância dos clubes, que acham o período de retenção dos recursos no Tesouro Nacional insuficiente para resolver seus problemas. Já haveria inclusive um movimento para mudar os termos da medida provisória quando for examinada no Congresso.

– Se tivessem enviado um projeto de lei para discussão e aprimoramento no Legislativo, com certeza as partes interessadas encontrariam uma solução mais adequada para todos – disse José Jorge.

Nomes para conselho do MP

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na manhã de ontem o vice-presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e da União, Francisco Sales de Albuquerque, que, ao lado de outros procuradores, lhe entregou uma deliberação do Ministério Público nos 26 estados da Federação pedindo que o Senado escolha os três membros que comporão o Conselho Nacional do Ministério Público.

Cada estado, por meio de seus órgãos colegiados, ofereceu um nome a ser considerado pelos senadores. Dos 26 nomes, o Senado escolherá três para compor a lista a ser encaminhada ao presidente da República para a formação do conselho. Renan prometeu providências no sentido de agilizar as deliberações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e do Plenário.

De acordo com Francisco Sales de Albuquerque, como não há norma legal disciplinando a escolha desses nomes, o Conselho Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados transferiu para o Senado a decisão, a partir da lista elaborada pelos estados. "À vista de inexistir legislação que regule a questão, entendemos que cabe ao Senado tomar essa decisão, por representar os estados no sistema bicameral brasileiro."



INTEGRAÇÃO Cristovam, presidente da CRE, com Delcídio e Azeredo, na reunião em que foram aprovados concessão de vistos e acordos de cooperação

Estudantes argentinos terão vistos gratuitos

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem acordos firmados pelo governo brasileiro com a Argentina e a Eslováquia sobre a concessão de vistos.

O acordo com a Argentina permite a concessão de vistos gratuitos a estudantes e docentes. O relator da matéria, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), lembra que esse tipo de acordo está previsto na constituição do Mercosul e visa incrementar as relações entre universidades e docentes de pós-graduação, bem como o intercâmbio de estudantes de graduação e nível secundário.

Com a Eslováquia, o Brasil assinou acordo de isenção parcial

de vistos para facilitar o fluxo de pessoas e contribuir com as relações bilaterais. A matéria segue agora para apreciação no Plenário.

Convite

Por sugestão do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente da CRE, Cristovam Buarque (PT-DF), que viaja hoje para a Argentina, convidará os presidentes das comissões de relações exteriores do Senado e da Câmara daquele país para visitar a CRE. Cristovam lembrou que, na quarta-feira, solicitou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que convidasse também o presidente do Senado argentino para visitar o Parlamento brasileiro.

Aprovados acordos do Brasil com Nigéria, França e Rússia

Na reunião de ontem, a Comissão de Relações Exteriores aprovou ainda acordos feitos entre o governo brasileiro e Nigéria, França e Rússia.

Com a Nigéria, o acordo é de cooperação cultural, educacional e esportiva. Poderá haver intercâmbio de artistas e incentivos a eventos, palestras e exposições. Na área educacional, os países se comprometem a incentivar viagens de estudo, palestras e intercâmbio de estudantes. Segundo o relator da proposta, José Jorge (PFL-PE), o acordo inclui ainda a coo-

peração no esporte mediante o estímulo a contatos entre organizações esportivas.

O acordo com a França visa à colaboração no uso pacífico da energia nuclear, nos campos da medicina, agronomia, biologia, indústria, ciências da terra e geração de eletricidade.

Com a Rússia, foi aprovado acordo de cooperação na área de turismo. Inclui a simplificação de formalidades administrativas e alfandegárias, incentivo à colaboração entre órgãos oficiais e apoio ao intercâmbio de estéticas na área do turismo.

Renan saúda cúpula entre árabes e latino-americanos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, saudou a realização, em Brasília, de encontro de cúpula entre países latino-americanos e árabes. Organizada pelo governo brasileiro, a cúpula ocorrerá nos dias 10 e 11 de maio. Foram convidados pelo Itamaraty para participar do evento 33 chefes de Estados árabes e

latinos. O presidente da Argentina, Néstor Kirchner, já confirmou presença.

Renan Calheiros também anunciou a visita à Argentina de senadores brasileiros integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que é presidida pelo senador Cristovam Buarque (PT-DF).

Congresso instalará CPI sobre emigração ilegal

■ Comissão mista deverá, em 180 dias, avaliar também a situação de brasileiros que já vivem no exterior

O Congresso Nacional aprovou ontem a instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) para investigar delitos praticados na emigração ilegal e assegurar os direitos dos brasileiros que vivem no exterior. O requerimento da comissão foi uma iniciativa do senador Hélio Costa (PMDB-MG) e do deputado João Magno (PT-MG).

Hélio Costa explicou ao Plenário do Congresso que a emigração pode envolver crimes como aliciamento, divulgação enganosa, tráfico de pessoas, falsificação e adulteração de documentos e passaportes.

O senador disse que os Estados Unidos, só nos três primeiros meses deste ano, prenderam mais de 10 mil brasileiros na fronteira com o México, sob



RIGOR Hélio Costa diz que os EUA prenderam 10 mil na fronteira com o México no primeiro trimestre

acusação de imigração ilegal – muitos deles detidos ainda em terras mexicanas.

Costa também quer garantir direitos a quem já vive no exterior. “Os brasileiros no exterior precisam ter proteção e atenção. Só em termos econômicos, eles são responsáveis por remessas anuais de 5,8 bilhões de dólares para o Brasil”, disse o senador.

Já o presidente do Congresso, Renan Calheiros, garantiu que fará o que for necessário para que a CPI seja instalada

Hélio Costa quer devolução de taxa de americanos

Em reunião na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ocorrida ontem, o senador Hélio Costa apresentou requerimento de informações ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre a possibilidade de embaixadas brasileiras devolverem valores pagos por norte-americanos no caso de vistos recusados.

De acordo com Hélio Costa, o governo norte-americano tem arrecadado, de brasileiros com vistos negados, cerca de US\$ 2,2 milhões, devido à não-devolução das taxas cobradas.

– Eles estão negando de 85%

a 90% dos pedidos de vistos de brasileiros. Estou consultando o Itamaraty para ver se os norte-americanos, que tenham pedido de visto negado para entrar no Brasil, podem receber o dinheiro de volta. O Brasil deve exigir a reciprocidade – justificou o senador.

Pobreza

A CRE aprovou ainda dois requerimentos, dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Romeu Tuma (PFL-SP), pedindo audiências públicas para discutir com especialistas o impacto da pobreza sobre a defesa nacional.

Aceito texto de convenção internacional contra corrupção

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem o texto da Convenção Internacional contra a Corrupção, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em outubro de 2003. O relator da matéria foi o senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) também manifestou seu apoio ao acordo.

– A aprovação desse acordo vem em muito boa hora, pois possibilitará o bloqueio de bens no exterior adquiridos por meio de corrupção – afirmou Romeu Tuma.

Coréia do Sul

A CRE aprovou ainda os acordos firmados entre o Brasil e a Coréia do Sul nas áreas de assistência judiciária penal e energia nuclear, que tiveram

rapidamente. Renan destacou que, quando foi ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso, regularizou a situação de quase 60 mil estrangeiros que viviam no país.

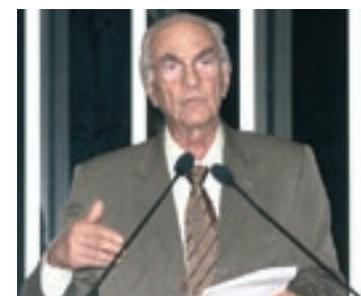
Convocados

A CPI deverá ouvir representantes do Ministério das Relações Exteriores, Polícia Federal, Ministério Público e Casa da Moeda, órgão que emite os passaportes brasileiros. Também devem ser ouvidos representantes das empresas aéreas que transportam os emigrantes para o México, como a AeroMéxico, bem como os chamados “coiotes” ou aliciadores de pessoas que procuram entrar ilegalmente nos EUA.

Os parlamentares pretendem convidar ainda autoridades do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, que negociaram, no ano passado, o retorno seguro ao Brasil de cerca de mil brasileiros detidos nas prisões norte-americanas por tentativa de entrada ilegal no país. A CPI terá 180 dias para concluir seu relatório.

Outro requerimento aprovado, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), solicita informações ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, sobre contratos de compra e venda internacional de mercadorias.

Foi aprovado ainda projeto de decreto legislativo, relatado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), acatando o texto do Segundo Protocolo Relativo à Convenção de Haia, de 1954, para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado.



PROBIDADE Saturnino foi relator, na CRE, do texto da Convenção Internacional contra a Corrupção

como relatores, respectivamente, os senadores Romeu Tuma e José Jorge (PFL-PE).

Furlan: sobra dinheiro para setor industrial no NE

Ministro afirma em audiência pública que há R\$ 1 bilhão, com juros menores, à espera de projetos

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, afirmou, em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado, que a demanda de financiamento do BNDES e do Banco do Nordeste por estados do Norte e Nordeste é muito pequena.

– O Centro-Oeste tem uma demanda não atendida. E no Nordeste há sobra de R\$ 1 bilhão, com juros menores, que não tem sido demandada com apresentação de projetos.

Furlan provocou polêmica ao afirmar que o interesse dos parlamentares em emendas para o desenvolvimento industrial no Orçamento da União está concentrado no Sul e são poucas as emendas para esse setor no Norte e no Nordeste.

Ministro quer dobrar exportações

Luiz Fernando Furlan afirmou que, na sua gestão, pretende dobrar as exportações de US\$ 60 bilhões para US\$ 120 bilhões. A prioridade do seu ministério é a exportação, setor que foi responsável pela criação de mais da metade dos empregos até agora no governo Lula, assinalou.

– Estimular projetos que usem recursos humanos e naturais de cada região é uma premissa. No Nordeste há uma grande oportunidade para a exportação de etanol – disse, citando também investimentos em tecnologia de ponta em Pernambuco (a Nokia) como exemplo de outras vocações fora da tradição agroindustrial.

Na opinião de Furlan, a maior dificuldade para os investidores no Brasil é a carga tributária.

Os senadores baianos Antonio Carlos Magalhães, César Borges e Rodolpho Tourinho, todos do PFL, e a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), entre outros, questionaram o ministro. César Borges disse que, por falta de uma política industrial, o Nordeste recebeu menos de 7% dos investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ana Júlia assinalou que o perfil do crédito oferecido pelo banco limita o investidor.

César Borges argumentou

que a Bahia avançou graças a conquistas de uma refinaria e do pólo petroquímico, capitaneadas pelo senador Antonio Carlos Magalhães. Borges destacou ainda a instalação durante seu governo de uma fábrica da Ford, com incentivos fiscais.

Ao abrir a reunião, o presidente da comissão, Tasso Jereissati (PSDB-CE), ressaltou que o Nordeste e o Norte voltaram, nos últimos dois anos, a crescer menos que o resto do Brasil.



DEBATE Jereissati (D) ouve exposição de Luiz Fernando Furlan em audiência pública promovida pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Maior parte dos recursos da pasta se destina a pesquisas

A maior parte dos recursos do Ministério do Desenvolvimento é destinada a organismos como o Instituto Nacional de Pesquisa Industrial (Inpi), sediado no Rio de Janeiro, e aos centros de pesquisa eletrônica e de biotecnologia localizados em Manaus (AM), disse o ministro Luiz Fernando Furlan, em resposta à senadora Ana Júlia Carepa.

Ele lembrou ainda que seu ministério instituiu o prêmio Samuel Benchimol, para incentivar os projetos de pesquisa na região Norte.

Participando do debate, Sibá Machado (PT-AC) manifestou preocupação com as desigualdades regionais e afirmou ser "preciso descentralizar a indústria e oferecer incentivos para quem quer produzir na Amazônia, que é rica em matriz energética, recursos naturais e minérios", assinalou.

Já Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) ressaltou que a

Amazônia tem crescido economicamente graças ao apoio dado pelo Ministério do Desenvolvimento à Zona Franca de Manaus.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) sugeriu que a política industrial a ser traçada pelo governo para o Nordeste deve estar atrelada à política de desenvolvimento regional, como forma de incentivar os setores mais ativos de mão-de-obra em regiões carentes, a exemplo da indústria de calçados, confecções e alimentos industrializados.

Na opinião de Sérgio Guerra (PSDB-PE), a região Nordeste não é dinâmica do ponto de vista das exportações e está fora do eixo do agronegócio. "O sistema industrial da região está em decadência, sem capacidade técnica e suporte para enfrentar os problemas de geração de renda e criação de emprego. Não há política regional para as indústrias locais."



INICIATIVA Grupo proposto por Crivella vai debater alternativas para novos postos de trabalho

Criada Frente Parlamentar do Pleno Emprego

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem a criação da Frente Parlamentar do Pleno Emprego. A matéria segue agora para exame da

Comissão Diretora da Casa, que dará a palavra final. O objetivo da frente é "promover amplo debate no âmbito do Congresso em busca de soluções viáveis para a superação de índices históricos de desemprego e subemprego".

O relator, senador Paulo Paim (PT-RS), apresentou parecer favorável à proposta, de iniciativa do senador Marcelo Crivella (PL-RJ). Qualquer parlamentar pode aderir ao grupo, bastando para isso assinar a ata de instalação.

Paim destacou que atualmente, no país, 2,3 milhões de pessoas procuram ingressar no mercado de trabalho, o que exigiria um crescimento econômico da ordem de 5% a 6% ao ano.

PSB é contra a reforma sindical, diz Capiberibe

O líder do PSB no Senado, João Capiberibe (AP), leu nota da executiva nacional do partido contrária à proposta de emenda à Constituição que estabelece a reforma sindical, em tramitação na Câmara. Na nota, os integrantes da executiva do partido consideram a proposição "incompatível com o pensamento socialista sobre a livre organização sindical".

Os cinco anos de vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) também foram abordados por Capiberibe. Na opinião do senador, não seria necessário editar uma lei que



CHOQUE Segundo nota lida por João Capiberibe, proposta contrária a livre organização sindical

impõe limite de gastos à União, a estados e municípios se o poder público tivesse a tradição e responsabilidade de não gastar mais do que arrecada.

Com o objetivo de aprimorar a LRF, ele sugeriu que sejam revistos os percentuais de participação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na receita dos entes federados.



ENERGIA Valdir Raupp também quer a construção de um gasoduto e uma hidrelétrica no seu estado

Raupp cobra recuperação de estradas em RO

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou do Executivo a recuperação das rodovias federais que cruzam Rondônia (BRs 364, 425, 421, 429 e 174). Ele também pediu a construção

de um gasoduto em Porto Velho e de uma usina hidrelétrica no rio Madeira. O parlamentar anunciou que se encontrará, na próxima semana, com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para tratar do assunto.

Em aparte, Amir Lando (PMDB-RO) considerou a BR-364 "intransitável" e lembrou a importância da rodovia no escoamento da produção para o exterior. Ele disse que o momento para reconstruí-la é durante a seca. "Se deixar para recuperá-la na época das chuvas será trabalho perdido", alertou.

Valdir Raupp também foi apartado pelos senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), César Borges (PFL-BA), e José Jorge (PFL-PE).